



Apesar de um abrandamento do ritmo, Segmento Habitacional mantém trajetória de crescimento sustentado

Segundo informação recentemente publicada pelo INE, no 1º trimestre de 2021, o Índice de Preços da Habitação valorizou-se 5,2%, em termos homólogos, o que traduz um abrandamento do ritmo de crescimento do índice, que registou uma variação de 8,4% em 2020. No que concerne às transações de imóveis habitacionais, no 1º trimestre de 2021, estas atingiram um total de 43.757 alojamentos, num montante global de 6.927 milhões de euros, o que traduz um aumento de 0,5% em número, e de 2,5% em valor, face ao trimestre homólogo.

Ao nível do licenciamento municipal de obras de construção, após variações negativas nos primeiros dois meses do ano, apuram-se aumentos significativos em março e abril que se devem, em grande medida, à quebra no licenciamento ocorrida nos meses homólogos de 2020 em consequência dos impactos iniciais da pandemia e das respetivas medidas de confinamento. Assiste-se, assim, a um crescimento até finais de abril, em termos homólogos, de 17,3% do total de licenças emitidas, de 18,1% das licenças para construções novas, de 15,1% das licenças para reabilitação e de 19,1% nos fogos licenciados em construções novas.

Relativamente ao stock de crédito concedido pelas instituições financeiras para aquisição de habitação observa-se, até maio, um aumento de 3,4%, enquanto o stock de crédito concedido às empresas do setor da construção regista uma contração de 2,5%, em termos homólogos.

No segmento de engenharia civil, até ao final de maio 2021, o valor promovido de concursos de obras públicas totalizou cerca de 1.713 milhões de euros o que corresponde a uma quebra de 22,7% face aos 2.215 milhões promovidos em igual período do ano anterior. No entanto, relativamente às empreitadas de obras públicas objeto de celebração de contrato e registo no Portal Base nos primeiros 5 meses de 2021, verifica-se que estas atingiram um volume de 1.554 milhões de euros, o que traduz um aumento de 74,7%² em termos de variação homóloga temporalmente comparável.

Por sua vez, o consumo de cimento no mercado nacional, até ao final de maio apresenta um aumento de 10,5%, em termos homólogos, para cerca de 1,58 milhões de toneladas.



INDICADORES DA CONJUNTURA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Indicador	2020		2021		
	valor anual	Var. anual (%)	Var. homóloga acumulada (%)		
			Março	Abril	Maió
Indicadores Macroeconómicos e Financiamento					
	mil M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
PIB	202,5	-7,6%	-5,4		-
FBCF - Total	38,6	-1,8%	3,7		-
FBCF - Construção	21,4	4,7%	6,4		-
VAB - Construção	8,3	3,2%	4,5		-
Crédito acumulado às empresas de Construção (1)	7,4	3,6%	0,7	-0,3	-2,5
Novas Operações de crédito para aquisição de habitação (1)	11,4	7,3%	17,6	24,2	-
Emprego e Desemprego na Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº Trabalhadores Construção	297,1	-2,5%	1,2		-
Nº Desempregados Construção	24,3	10,8%	4,5	-10,0	-13,1
Indicadores de Produção do setor da Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº de fogos novos licenciados	25,1	4,3%	6,8	19,1	-
Nº de fogos novos concluídos	17,3	21,6%	12,3	-	-
	mil m2	(%)			
Área licenciada para habitação	5 513,7	5,7%	9,2	22,3	-
Área licenciada não residencial	2 674,6	-1,9%	-11,7	-15,5	-
	M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
Valor das Obras Públicas Promovidas	4 830,7	21,5%	-41,8	-29,2	-22,7
Valor dos Contratos de empreitadas de Obras Públicas	3 647,1	48,7 (2)	43,0 (2)	75,4 (2)	74,7 (2)
	mil Ton	(%)			
Consumo de Cimento	3 574,1	10,6%	10,8	11,5	10,5
Valores de Produção do setor da Construção					
	M. (€)	(%)	2021 (P) Var. anual (%)		
Produção Global	13 739,3	2,5%	[1,2% ; 3,2%]		
Edifícios Residenciais	3 962,8	4,5%	[-2,0% ; 0,0%]		
Edifícios Não Residenciais	3 387,2	-0,5%	[-2,1% ; -0,1%]		
Engenharia Civil	6 389,4	3,0%	[5,0% ; 7,0%]		

Nota: Quadro construído com informação disponibilizada até 30 de junho de 2021

(1) em 2020, informação relativa a dezembro (P) Previsão

(2) Variação homóloga temporalmente comparável: variação calculada com a informação disponível até dia 15 do mês seguinte ao mês de referência da celebração dos contratos

Fontes: INE, IEFP, Banco de Portugal, Observatório das Obras Públicas, AICCOPN | AECOPS